

SOCIEDADE DE AMIGOS DA PRAINHA DA SAUDADE - SAPINHAS

ESTATUTO SOCIAL

PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1º – A Sociedade de Amigos da Prainha da Saudade – SAPINHAS passa a se chamar Associação de Amigos da Prainha da Saudade – SAPINHAS, uma associação civil privada, particular, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município da Penha – SC, de prazo indeterminado, fundada em 15 de novembro de 1984 e registrada sob o nº 57 do livro A1, em 02.05.1988 no Ofício de Pessoas Naturais e Anexos do município da Comarca de Balneário Piçarras.

Parágrafo único: A sede da Associação fica localizada na rua Possidônio da Silva Marçal, nº 526, na cidade e no Município da Penha – SC, enquanto não for fixada a sede própria.

Artigo 2º – A associação é órgão de representatividade dos proprietários residentes ou não na abrangência territorial da Associação pelas ruas Possidônio da Silva Marçal e Av. Prefeito Henrique de Assis e suas Laterais, independente do número de imóveis que possui e tem por objetivo:

- I. Integrar e dinamizar as ações da comunidade, mobilizando-a como agente do seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os órgãos do poder público;
- II. Integrar e fortalecer os valores de ordem moral e cívico e sociocultural da região;
- III. Promover vínculos de solidariedade, integração e cooperação entre os membros da comunidade e da municipalidade representada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- IV. Sugerir e reivindicar serviços de utilidade pública para a comunidade, tais como energia elétrica, iluminação pública, sistema viário e trânsito, saneamento, galeria de águas residuais e pluviais, limpeza urbana, segurança e comunicação, e colaborar na execução;
- V. Representar a comunidade no seu relacionamento com os poderes públicos e com entidades privadas, visando a salvaguarda, proteção e preservação do meio ambiente, flora e fauna, de interesse direto e ou indireto à comunidade associativa;
- VI. Preservar a legislação de zoneamento urbano e às leis ambientais, harmônicas à praia e ao seu ambiente natural;
- VII. Instituir, organizar e operar serviços de interesse comunitário suplementares aos proporcionados pelo serviço público municipal, estadual e federal de interesse geral da comunidade associativa;
- VIII - Colaborar e participar com os Poderes Públicos de Conselhos e outras entidades, dando-lhes conhecimento dos problemas e pleiteando soluções, com direito de voz e de voto, representada por seu Presidente ou quem por este for indicado;

IX - Contratar serviços, mediante deliberação expressa do Conselho Comunitário, para atender os fins do Estatuto.

Artigo 3º – São condições básicas de existência e funcionamento do ente associativo:

- I. Observância da legislação vigente no texto constitucional e infraconstitucional;
- II. Gratuidade no exercício dos cargos eletivos da comunidade associativa;
- III. Abstenção de atos de natureza sectária, seja de natureza político partidária, religiosa ou outra qualquer em desrespeito ao direito de vizinhança, harmonia, paz, e ao sossego;
- IV. Atuação harmonizada com as diretrizes da política municipal, estadual e federal de ação comunitária, além de entidades públicas e privadas federais.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Artigo 4º – A Associação é composta por:

I – **Associados Fundadores**: aqueles que constam da ata de constituição da sociedade até o dia 02 de maio de 1988;

II - **Associados Titulares**: aqueles que sendo proprietários, residentes ou não, na área abrangida pela Associação;

§ 1º - **Colaborador Familiar**: aqueles que compõe o grupo familiar do Associado Titular e/ou Fundador. Serão considerados para este tipo de associado: I - marido e/ou mulher e filhos menores de idade e os filhos solteiros; II - companheiros e/ou companheiras e seus respectivos, filhos menores e solteiros; III - filhos e respectivo cônjuge ou companheiro(a) e seus respectivos filhos menores, que com o associado, residente ou não, com ele compartilham a propriedade de veraneio. Deve ser nominado e autorizado pelo proprietário.

§ 2º - Sendo proprietário uma pessoa jurídica ou espólio, deverá nominar por escrito seu representante.

§ 3º – A Diretoria poderá encaminhar ao Conselho Comunitário solicitação para conceder o título de Amigo da Associação a pessoas físicas ou jurídicas e moradores locatários, que tiverem prestado relevantes serviços à comunidade ou ao Balneário Prainha da Saudade.

§ 4º - O Associado que possuir mais de um imóvel, terá direito à apenas um voto nas votações da Associação.

Artigo 5º – Os associados não respondem, nem mesmo solidariamente, pelas obrigações da associação.

Parágrafo Único – Os diretores da associação não são pessoalmente responsáveis por atos de gestão e administração praticados no exercício dos seus cargos, em nome da entidade social, salvo se tiverem agido com dolo ou má fé.

Artigo 6º – São direitos dos associados:

- I - Utilizar-se de todos os serviços e benefícios da Associação, bem assim, participar de suas atividades e promoções, extensivo ao Colaborador familiar do associado.
- II - Requerer a assembléia geral, juntamente com 1/5 (um quinto) dos associados;
- III - Propor medidas que julgar proveitosas à entidade associativa e apresentar reclamações de irregularidades observadas no curso da administração, que atinjam direta ou indiretamente os interesses previstos neste Estatuto.

Artigo 7º – São deveres dos associados:

- I. Participar e colaborar nas iniciativas da associação e fazer respeitar perante o grupo familiar o presente estatuto;
- II. Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da associação e respeitar os direitos e interesses difusos;
- III. Pagar as suas contribuições sociais, deliberadas em assembleia geral;
- IV. Comparecer às reuniões e assembléias convocadas e acatar suas determinações.

Artigo 8º – Perderá a condição de associado todo aquele e seu grupo familiar, que não respeitar e cumprir as determinações estatutárias e decisões da Assembleia Geral.

§ 1º - O proprietário do imóvel na abrangência da Associação não é obrigado a se associar ou a permanecer associado à mesma.

§ 2º - A demissão voluntária do associado se fará mediante comunicado por escrito ao Presidente, cujo ato voluntário será devidamente, arquivado em observância ao disposto no artigo 54, inciso II do Código Civil.

§ 3º - A exclusão do associado se dará conforme o artigo 57 do Código Civil e observará o procedimento que assegure o direito de defesa perante o Conselho Comunitário convocado para esse fim.

Parágrafo único: Recebida a proposição de exclusão, que deve ser firmada por pelo menos 10 (dez) associados, o associado será notificado pelo Presidente da Associação, para apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Findo o prazo o processo será instruído com provas testemunhais e documentais, se necessárias. Encerrada a instrução, será convocado Conselho Comunitário com o fim específico de deliberar sobre a exclusão; a decisão de exclusão somente será válida e eficaz se tomada por maioria simples dos membros do Conselho, vedado o voto por procuração.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º – São órgãos administrativos da sociedade:

I – Assembleia Geral – integrada por todos os associados quites com a tesouraria e em gozo dos seus direitos estatutários, quando regularmente convocados, como órgão deliberativo máximo.

II – Conselho Comunitário, composto de no mínimo 09 Conselheiros dos associados em gozo de seus direitos estatutários, eleitos a cada ano pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos para o mandato seguinte.

III – Diretoria, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos dentre os Conselheiros Comunitários, podendo ser reeleitos para mandato seguinte. A partir da segunda reeleição poderá participar da Diretoria mas não no mesmo cargo.

IV – Conselho Fiscal, composto por 03 (três) associados em dia com suas contribuições, com mandato de 01 (um) ano podendo ser reeleitos para mais um mandato, eleitos pela Assembleia Geral e que não participem do Conselho Comunitário.

Artigo 10º – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano, com o fim de apreciar o relatório da Diretoria, aprovar suas contas, eleição e posse dos Conselheiros Comunitários e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 1º – As Assembleias Gerais serão convocadas com 15 dias (quinze dias) de antecedência pelo Presidente da Associação ou excepcionalmente por no mínimo 05 Conselheiros; ou por 1/5 (um quinto) dos associados quites com a tesouraria, nesta ordem, mediante edital afixado na sede social, e comunicado aos associados mediante os meios de comunicação via Internet, por e-mail ou WhatsApp do grupo de associados.

§ 2º – As Assembleias Gerais se instalam em primeira convocação com presença de 50% dos associados e, em segunda convocação com qualquer número, meia hora depois.

§ 3º - As Assembleias Gerais deliberam sempre por maioria de voto dos presentes; a reforma estatutária dependerá da presença de, no mínimo 50% mais um dos associados no gozo dos seus direitos.

§ 4º – As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente, por qualquer diretor, pelo Conselheiro ou Associado mais velho presente, nesta ordem, que dirigirá os trabalhos, comporá a mesa e implementará as decisões tomadas.

§ 5º - As contribuições de cada associado serão fixadas regularmente pela Assembleia Geral e previstas em orçamento.

§ 6º - Os Associados deverão participar das Assembléias pessoalmente ou por meio virtual. Poderá ser representado por quem se apresentar devidamente autorizado por meio de autorização escrita, nas Assembleias e nas reuniões dos órgãos de direção e fiscalização da entidade, com direito a palavra e votar. Cada representado somente poderá representar um Associado.

§ 7º - Com a expressa autorização do Associado Titular o mesmo poderá conceder para apenas um parente em linha reta, pai ou filhos, o direito de representa-lo na Associação, tendo assim o direito a votar e ser votado.

§ 8º - As Assembléias poderão ser realizadas no formato híbrido, ou seja, presencial e/ou virtual.

Artigo 11º – O Conselho Comunitário é um órgão consultivo e deliberativo com objetivo de assessoria à Diretoria e, reunir-se-á sempre que necessário, por convocação do Presidente ou de no mínimo 05 de seus membros.

§ 1º. – Os conselheiros em número de 09 associados com direito à voto, serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandato de um ano iniciando após a realização da Assembléia, podendo ser eleitos para mais um mandato.

§ 2º. – Compete ao Conselho Comunitário aprovar ações da Diretoria, suas contas, anualmente e, para a nomeação da Diretoria da Associação, dentre os Conselheiros.

Artigo 12º – A Diretoria é o órgão executivo da Associação para atingir seus objetivos, cumprir este estatuto e as deliberações das Assembléias, com mandato de um ano iniciando após a realização da Assembléia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos para mais um mandato.

§ 1º. O Presidente representará a entidade associativa e presidirá o Conselho Comunitário; representando a Associação em juízo ou fora dele, em repartições públicas municipais, estaduais e federais e instituições bancárias;

§ 2º - O Presidente poderá apresentar aos demais membros da Diretoria a criação de Comissões Temáticas, como Ambiental, Social, Infraestrutura, entre outras que se revelarem importantes para o desempenho fiel do estatuto, fazendo a indicação de Associados para ocuparem o cargo de Coordenadores que exercerão suas funções de acordo com os objetivos do Estatuto, visando auxiliar a diretoria e a comunidade associativa no enfrentamento das questões de cada Comissão.

§ 3º. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, nas suas faltas ou impedimentos.

Artigo 13º. - Os atos de tesouraria serão exercidos pelo Presidente e pelo Tesoureiro em conjunto, e independem de qualquer autorização especial desde que previstos em orçamento previamente aprovado pela Assembleia Geral. No caso de orçamento suplementar deverá ser definido pela maioria dos membros do Conselho Comunitário.

Artigo 14º. - Para aquisição ou alienação de bens de um modo geral ou assinaturas de contratos que envolvam responsabilidade maior que 1/10 (um décimo) do patrimônio social conforme o último balancete será necessária a aprovação pela maioria do Conselho Comunitário.

Artigo 15º. - No caso da vacância de qualquer cargo da Diretoria, o seu substituto será indicado pelo Presidente do Conselho Comunitário, “ad referendum” da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16º – O Patrimônio da Sociedade será constituído: pelas contribuições dos associados, pelas doações, por convênios de pessoas físicas e/ou jurídicas e por subvenções de organismos públicos.

Artigo 17º - A Associação manterá o livro de registro virtual de atas de Assembleia Geral, do Conselho Comunitário, da Diretoria, bem como os livros contábeis e de registro de bens móveis e imóveis.

Artigo 18º - A dissolução da sociedade será feita na forma da legislação civil aplicável e os seus bens remanescentes serão atribuídos, por doação, a sociedade civil congênere.

Artigo 19º - Para dirimir eventuais controvérsias elegem o foro da Comarca de Penha/SC.

Artigo 20º – Os casos omissos desse estatuto serão resolvidos pelo Conselho Comunitário, “ad referendum” da Assembleia Geral.

Penha, 11 de fevereiro de 2023.

PEDRO HENRIQUE MEISTER LUZ MARQUES

Administrador Provisório